

QUAL É O PROBLEMA DAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS?Geraldo Jose Rodrigues Liska¹

FERRAREZI JUNIOR, Celso. Qual é o problema das gramáticas normativas? 1. ed. Santos: Artefato Cultural, 2012. 96 p.

Qual é o problema das gramáticas normativas apresenta e questiona, de maneira bem concisa e linguagem simples, algumas concepções que temos sobre a nossa própria língua, ou que pelo menos as gramáticas normativas (ou só “gramáticas”, como costumamos falar) nos fazem ter. Embora seu público prioritário sejam os professores já atuantes na educação básica ou em formação, é uma obra indicada para todos aqueles que se interessam pela língua e que sobre ela objetivam seus estudos. Não, não se trata de um manual do tipo “Não erre mais!” ou “Regras para falar e escrever certo”. Pelo contrário, é com a intenção de desmitificar essa ideia de “uso correto” da língua que o livro foi pensado. Dividida em oito capítulos, os problemas principais tratados na obra giram em torno da noção de que o brasileiro coloquial é uma língua inculta e “feia” em relação à norma padrão e em detrimento do latim ou do português de Portugal.

Além disso, lança dúvidas sobre os critérios utilizados pelos gramáticos para descreverem a língua, critérios esses de naturezas diferentes para explicar as variadas classes e categorias gramaticais (porque nas gramáticas elas são variadas mesmo), dissociados da cultura e que resultam extensivas listas de nomeações e classificações sobre as regras de uso, repletas de especificidades e exceções. Isso, inclusive, é uma advertência para o ensino da língua se tornar tão desinteressante. É uma crítica ao fato de irmos à escola aprender nossa própria língua! E com razão, pois, com tantas regras e imposições, no ambiente escolar acabamos aprendendo uma língua diferente da que usamos no dia a dia, porque aquela é a correta e mais bonita!

¹ Doutor e Mestre em Estudos Linguísticos (Área: Linguística Aplicada. Linha: Ensino do Português) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Design Instrucional para EaD Virtual: Tecnologias, Técnicas e Metodologias pela Universidade Federal de Itajubá (2011) e em Linguística pela Universidade Gama Filho (2010). Atualmente é Secretário Executivo da Universidade Federal de Alfenas, parecerista de diversas revistas acadêmicas nas áreas dos Estudos Linguísticos, da Educação e de Tecnologias, revisor de trabalhos técnicos e científicos e professor de línguas portuguesa e inglesa nas redes pública e particular de ensino. Tem experiência nas áreas de Linguística e de Ensino de Língua, com ênfase em Morfologia, Lexicologia, Semântica Lexical e Estilística Léxica.

O autor da obra, Celso Ferrarezi Junior, é Pós-Doutor em Semântica pela Universidade Estadual de Campinas e professor titular do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Alfenas. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Semântica, tendo idealizado e desenvolvido a Semântica de Contextos e Cenários, uma vertente de estudos semânticos com enfoque cultural. Atua principalmente com os seguintes temas: Semântica, Linguística aplicada à educação (de forma especial em processos de significação e ressignificação em ambiente escolar), alfabetização e descrição e teoria linguísticas.

No primeiro capítulo, *Nossa língua não é feia*, Ferrarezi Júnior evidencia que a preocupação das gramáticas com a preservação da língua remonta aos objetivos dos primeiros manuais surgidos por volta de quatro séculos antes de Cristo e criados para descrever como deveria ser a pronúncia dos escritos sagrados, com a finalidade de conservar a pureza das religiões. Essa ideia de corrigir a forma como o povo fala foi passando de geração a geração, para os romanos aos povos neolatinos e até hoje se pensa assim. Exemplifica a noção de “a forma popular **x** está incorreta; a correta é a forma **y**” com trechos da *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida, uma das mais vendidas e respeitadas no Brasil, e com *Gramática: teoria e exercícios*, de João Domingues Maia. Nessas gramáticas, defende-se que dominar as normas gramaticais é imprescindível para se comunicar bem. Defendem, ainda, uma prática através de uma teoria normativa, precisa e completa (para descrever toda a complexidade da língua!) e que apenas gente do nível dos “poetas” e dos “prosadores contemporâneos” falam e escrevem corretamente a língua e, por isso, nós temos que aprender com eles, por meio dos exemplos retirados das obras literárias. Essas defesas são, passo a passo, contestadas por Ferrarezi Júnior.

Adiante, em *Língua não é código e não existe sem uma cultura*, o autor mostra que a maioria das gramáticas trata a língua como um código. No entanto, refutando essa ideia, explica que, para que a língua seja um código, ela teria que ser fechada, imutável, porque qualquer mudança quebraria a troca de informações que um sistema de sinais permite. Com isso, não existiria espaço para criatividade ou inovação e não haveria a necessidade de relacionar os símbolos com os acontecimentos à nossa volta para decifrar pistas, uma vez que esses sinais teriam que ser dotados de todas as informações necessárias a ponto de falarem por si sós. Assim, um código seria útil apenas num mundo sem variação ou inovação, em que os falantes não tivessem de responder a novas experiências nem encontrar símbolos para novas conceptualizações. Associar língua a código é negá-la como parte das nossas vidas, é desconsiderar as marcas identitárias de seus falantes. Por isso, o ensino da língua deve estar

entrelaçado com o ensino da valorização da cultura e com o desenvolvimento da autoestima identitária.

O terceiro capítulo, *É preciso ter critério nos critérios*, mostra que é comum a utilização de critérios referenciais para explicar fenômenos sintáticos, por exemplo. Esse costume, tratado como um problema neste capítulo, perpassa todos os anos da vida escolar dos sujeitos a ponto de confundir a própria explicação de “sujeito” numa frase, atrapalhando ainda a distinção de outros termos da estrutura sintática da língua, como “objeto” e “agente da passiva”. Os critérios referenciais são usados, até, para categorizar morfológicamente as palavras nas suas diferentes classes, por exemplo: os artigos podem ser determinantes ou indeterminantes; os substantivos são concretos ou abstratos; e os adjetivos denotam qualidades. Na verdade, quando falamos dos aspectos morfológicos das palavras, tratamos das suas estruturas internas, das suas características flexionais e funcionais e dos mecanismos das suas formas. De acordo com Ferrarezi Júnior, uma categoria gramatical se relaciona funcionalmente com outras categorias por processos de regência e concordância que definem sua participação na estrutura e funcionam de acordo com regras gramaticais (como as regras de ordenação, tradicionalmente conhecidas como regras de “colocação”, por exemplo) que nos dizem como devem ser utilizadas.

Continuando, em *Uma categoria gramatical não é uma lista*, ressalta-se a importância de se trabalhar o conceito de “categoria gramatical”, que normalmente nas gramáticas e nos livros didáticos se refere apenas às classes de palavras. Podemos diferenciá-las em categorias sintáticas (os chamados “casos gramaticais”), lexicais (as “classes de palavras”), demonstrando que cada estatuto que a língua assume como uma forma de gramaticalização se constitui numa categoria em que os diferentes elementos da língua podem acabar se encaixando em determinada situação. São baseadas em um material semântico (um sentido), definidas como gramatical pela atribuição de funções e regras gramaticais de aplicação e expressas por meio de alguma forma específica ou mesmo de maneira implícita. “É como se a categoria fosse uma ‘caixinha vazia’ na estrutura da língua, uma caixinha cheia de restrições para o que nela é colocado”, compara. O capítulo mostra que se compreendermos o conceito de categoria gramatical levando em conta o sentido, a função, as regras de aplicação e a forma na hora de analisar uma palavra, dada a sua circunstância, todas as listas de conjunções, preposições, advérbios, por exemplo, que vemos com frequência nas gramáticas e nos livros didáticos, tornam-se desnecessárias.

A evolução da língua e a consciência do falante interessam sim mostra que, nas gramáticas normativas, a consciência do falante é quase que totalmente desprezada. Para exemplificar isso, o capítulo apresenta formas como ‘fogacho’, ‘boieco’, ‘animalejo’, ‘sitioca’, ‘folharéu’... tratando da flexão de grau do substantivo (outro equívoco que será adiante retomado) que não são reconhecidas pelos dicionários ou mesmo pelo *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)*, que normatiza a ortografia das palavras, elaborado pela Academia Brasileira de Letras, da qual faz parte a maioria dos acadêmicos que adotam essas palavras em suas gramáticas e que o próprio VOLP, criado por eles, desconhece. É mais uma demonstração de que o ensino da língua não pode se ater às listas de palavras (como acontece com as interjeições), que normalmente são sempre as mesmas, não acompanham a evolução da língua.

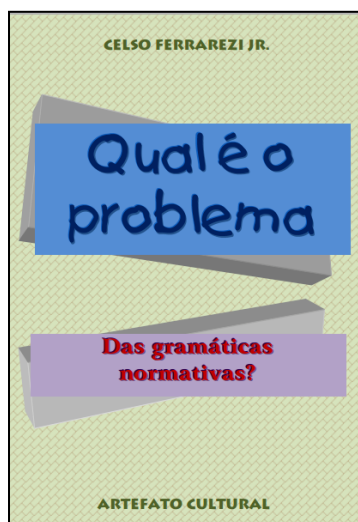
No sexto capítulo, *O brasileiro não é o latim*, retoma-se a ideia apresentada no início desta resenha, de que o brasileiro coloquial é uma língua inculta e “feia” em relação à norma padrão e em detrimento do latim. Ferrarezi Júnior apresenta algumas diferenças nos aspectos morfológicos e sintáticos entre o português brasileiro e o latim, destacando que a legitimidade da língua que nós falamos está nela e no uso que dela nós fazemos.

Chega de tantas contradições detalha um problema comum apresentado no quinto capítulo, presente na afirmação dos gramáticos normativistas: de que palavras nominais entram em flexão de grau. Para falar desse tipo de flexão, surge um problema ainda maior: a diferenciação que eles fazem sobre flexão e derivação, desinências e afixos. Esse problema torna-se mais evidente na tentativa de explicar, além da flexão de grau dos substantivos, a flexão de voz dos verbos. Ferrarezi Júnior, sucintamente, resume (isso mesmo: sucintamente resume!) que palavras nominais são flexionáveis em gênero, número e pessoa e palavras verbais são flexionáveis em número, pessoa, modo e tempo. Advérbios e conectivos não são flexionáveis, pois não entram em processo de concordância. No entanto, é na tentativa de esmiuçar a “gramática interna das palavras” que os próprios analistas se contradizem.

Finalizando, *O problema também está em nós*, com as ideias incessantes de que “quem não sabe gramática não sabe escrever bem”, “quem não sabe gramática não sabe falar bem”, “quem não sabe gramática é ignorante”, criou-se em nós um sentimento de sacralidade em relação à gramática normativa. Essa noção da gramática normativa como algo sagrado acaba nos levando ao medo de contrariar a tradição. Infelizmente, evidencia que, mesmo depois de tantos e tantos livros, tantos e tantos argumentos, tanto e tanto esforço de linguistas por todo o mundo mostrando: 1. como a gramática normativa é nociva ao ensino da língua materna na

Educação Básica e 2. que “padrão culto” de língua e “norma gramatical” são coisas tão diferentes, mesmo assim, a maioria continua inamovível de sua posição normativista.

Nessa conversa de professor para professor, Ferrarezi Júnior expõe suas experiências vividas em sala de aula e, por meio delas, vai reanalisando as considerações que os normativistas fazem na/da língua. Com isso, questiona imposições feitas a nós e sobre as quais não paramos para refletir. A reflexão nos leva à necessidade de reavaliação. O que estamos ensinando? Diante de tanto conteúdo, será realmente que estamos ensinando nossos alunos a ler, a escrever, a falar, a ouvir... a amar, a ter orgulho sobre si mesmos diante da cultura na qual vivemos? Nas palavras do autor: “É preciso reavaliar nossos valores em relação ao que desejamos para nossos alunos, em relação ao que cremos realmente que é melhor para eles e para nós”.



Recebido em: 12/07/2018

Aceito em: 20/11/2018